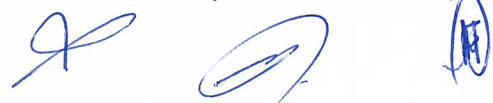
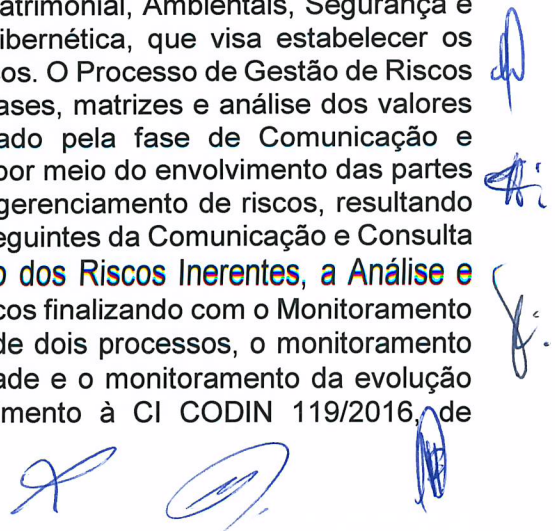


**CEAGESP - COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E
ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO
CNPJ Nº 62.463.005/0001- 08 / NIRE Nº 3530002780-9
ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 16/2017 DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 2017**

Aos vinte e dois dias do mês de setembro de dois mil e dezessete, às nove horas, na Sede Social da CEAGESP - Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo, **situada** na Avenida Doutor Gastão Vidigal nº 1946, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, reuniram-se os membros do Conselho de Administração da CEAGESP, os Senhores Johnni Hunter Nogueira, Marcus Flávio Oliveira, Sergio Feijão Filho, Roger da Silva Pêgas e Giovanni de Sousa Papini, com a ausência justificada do Presidente do Conselho Francisco de Assis da Silva Lopes. Dando início aos trabalhos foram abordados os seguintes assuntos constantes da pauta: **1. Leitura e aprovação da ata nº 15/2017 da reunião ordinária do Conselho de Administração, realizada em 25.08.2017:** aprovada; **2. Análise da ata nº. 07/2017 da Reunião do Conselho Fiscal, realizada em 24.07.2017:** o Colegiado tomou conhecimento da mencionada ata. Os Conselheiros Roger e Giovanni solicitaram informações do Senhor João Xavier, sobre a regularidade do processamento dos registros contábeis. O Senhor João esclareceu as adaptações do sistema operacional introduzido na Companhia em janeiro de 2017 e informou que já está procedendo o fechamento do mês de junho/2017. Também foi comentado a posição de contas a receber e a participação de 51% do montante, no Jurídico e outros detalhes sobre a referida conta. O Colegiado considerou atendido nas solicitações. O Conselheiro Roger solicitou informações ao Senhor Leonardo Favatto auditor da CODIN, sobre o acompanhamento dos prazos estabelecidos sobre o Acórdão nº 1466/17, que respondeu que o prazo concedido de 120 dias para cumprimento da determinação do TCU, prescreve em 22.11.2017; **3. Análise das atas das reuniões da Diretoria Executiva da CEAGESP nºs. 25/2017, 26/2017 e 27/2017, realizadas em 25.07, 02.08 e 08.08.2017, respectivamente:** o Colegiado tomou conhecimento das citadas atas e considerou as deliberações adequadas e de conformidade com as responsabilidades e atribuições estatutárias à Diretoria Executiva. O Conselheiro Giovanni solicitou a palavra para questionar: **a) item 5, ata nº 25/2017 – contrato de concessão de uso da Unidade Armazenadora na Vila Anastácio-** Se o assunto será deliberado pelo Conselho de Administração, tendo em vista que a proposta da Diretoria Executiva, para quitação da dívida pendente da permissionária Rocha Brasil Locação de Imóveis, conta com o perdão de juros e multas, permanecendo a correção monetária. O Conselheiro e Diretor Presidente Johnni Hunter Nogueira, prestou os esclarecimentos sobre as **tratativas** em andamento com a mencionada empresa locadora da unidade armazenadora de Vila Anastácio e destacou que o tema não necessita de aprovação do CONSAD. O Conselheiro Roger solicitou a palavra para comentar sobre **o item 2, 6 ata nº 25/2017 – serviços de limpeza, conservação e higienização no Entrepósito de Franca, ETSP** que considerou adequadas as medidas de redução dos postos, adotadas por ocasião de repactuação contratual; **4. Deliberações administrativas: 4.1 Política de Gestão de Riscos Corporativos:** o Colegiado acusou o recebimento da Norma NG - 007 – Política de Gestão de Riscos Corporativos enviada pela



CODIN - Coordenadoria de Auditoria Interna, de acordo Proposta de Reunião de Diretoria nº 011/17 do Coordenador de CODGO, a seguir: **Histórico:** Trata-se de normativo elaborado a pedido da CODIN justificado pela implantação da gestão de riscos na CEAGESP, abrangendo as disciplinas de riscos Estratégicos, Financeiros, Fraudes, *Compliance*, Operacionais, de Segurança Patrimonial, Ambientais, Segurança e Saúde Ocupacional, Tecnologia da Informação e Cibernética, possibilitando construir um processo denominado Processo Integrado de Gestão de Riscos. O Processo Integrado de Gestão de Riscos está baseado em práticas nacionais e internacionais que contemplam diretrizes desenvolvidas utilizando o conceito das Três Linhas de Defesa no qual os usuários são os "donos" dos processos e, automaticamente, são os proprietários dos riscos. A Política de Gestão de Riscos Corporativos visa contribuir com a CEAGESP no tratamento eficaz das incertezas, a fim de melhorar a capacidade de alcançar os seus objetivos, considerando que o reconhecimento do risco requer a análise das informações em relação aos ambientes interno e externo para ajustar as atividades frente àqueles levantados, promovendo a melhoria dos controles internos. Em atendimento à CI CODIN 119/2016, de 29/11/16, a proposta de norma que ora apresentamos foi motivo de aprovação da área solicitante, a qual foi submetida à análise do DEJUR, cujo parecer de nº 200/17, de 22/05/17, não vislumbrou óbices formais à sua aprovação. **Justificativa:** Promover a criação de uma estrutura de suporte para medir, monitorar e gerenciar os diversos tipos de riscos aos quais a CEAGESP está sujeita, contribuindo para o alcance de uma visão global dos riscos e estabelecendo uma cultura focada na sua gestão. **Proposta:** Aprovar a Norma NG-007 - Política de Gestão de Riscos Corporativos. **Nota:** a proposta foi deliberada na reunião da Diretoria Executiva nº 20/2017, de 12.06.2017. O Senhor Leonardo Favatto mencionou a orientação da Resolução CGPAR nº 18, de 10.05.2016, na qual estabelece que as Empresas Estatais devem implementar políticas de Conformidade e Gerenciamento de Riscos, adequadas ao seu porte. Informou que a deliberação da Diretoria Executiva, deverá ser avaliada e deliberada pelo Conselho de Administração e **ponderou** que este ato de aprovação das normas, atende ao inciso I do Art. 2º da referida Resolução. **Deliberação:** o Colegiado, considerando a documentação retro mencionada, a avaliação da Diretoria Executiva e as informações do Senhor Leonardo, aprovou a Norma NG - 007; **4.2 Processo de Gestão de Riscos Corporativos:** o Colegiado acusou o recebimento da Proposta de Reunião de Diretoria nº 012/17. A seguir o relatado na PRD acima citada: **Histórico:** Trata-se de normativo elaborado a pedido da CODIN justificado pela implantação da gestão de riscos na CEAGESP, abrangendo as disciplinas de riscos Estratégicos, Financeiros, Fraudes, *Compliance*, Operacionais, de Segurança Patrimonial, Ambientais, Segurança e Saúde Ocupacional, Tecnologia da Informação e Cibernética, que visa estabelecer os métodos e critérios para o processo de gestão dos riscos. O Processo de Gestão de Riscos Corporativos tem como objetivo descrever todas as fases, matrizes e análise dos valores obtidos nos levantamentos realizados, sendo iniciado pela fase de Comunicação e Consulta que visa obter informações da organização por meio do envolvimento das partes interessadas, e outros se for o caso, em relação ao gerenciamento de riscos, resultando na sensibilização de todos os envolvidos. As etapas seguintes da Comunicação e Consulta são a **Identificação de Riscos, a Análise e Avaliação dos Riscos Inerentes, a Análise e Avaliação dos Riscos Residual, as Respostas aos Riscos** finalizando com o Monitoramento e Análise Crítica, esta **etapa** será realizada através de dois processos, o monitoramento do plano de ação proposto quanto a sua exequibilidade e o monitoramento da evolução das condições dos riscos identificados. Em atendimento à CI CODIN 119/2016, de



29/11/16, a proposta de norma que ora apresentamos foi motivo de aprovação da área solicitante, a qual foi submetida à análise do DEJUR, cujo parecer de nº 201/17, de 22/05/17, não vislumbrou óbices formais à sua aprovação. **Justificativa:** Estabelecer a metodologia, critérios, matrizes e procedimentos para o Processo de Gestão de Riscos Corporativos, incluindo a análise e o tratamento para os riscos identificados, assim como para o monitoramento da evolução destes riscos. **Proposta:** Aprovar a Norma NP-AD-035 - Processo de Gestão de Riscos Corporativos. **Nota:** a proposta foi deliberada na reunião da Diretoria Executiva nº 20/2017, de 12.06.2017. O Senhor Leonardo ratificou as informações do item anterior. **Deliberação:** o Colegiado aprovou a Norma NP AD 035; **4.3 Pagamentos de Dividendos - Norma NP - FN - 010:** o Colegiado acusou o recebimento da Proposta de Reunião de Diretoria nº 014/17, da CODGO que relatou: **Histórico:** Trata-se de normativo elaborado a pedido da CODIN que, na ocasião, apresentou anexos encaminhados pelo MPOG, especialmente o Ofício Circular 411/2016, e uma sugestão de texto, recomendando a normatização da Política de dividendos na CEAGESP. O normativo, objeto desta proposta, vem estabelecer os critérios para o pagamento de dividendos em conformidade com a Lei 6.404/76, de 15.12.1976, assim como os seus procedimentos, meios e prazos. O recebimento de dividendos obrigatórios em cada exercício é direito dos acionistas da CEAGESP, devendo ser pagos como parcela dos lucros estabelecida no Estatuto Social da Companhia, conforme Lei supra. Em atendimento à CI CODIN 102/2016, de 30.09.2017, a proposta de norma que ora apresentamos foi motivo de aprovação da área solicitante e do DEFIC, a qual foi submetida à análise do DEJUR, cujo parecer de nº 361/17, de 16.8.17, não vislumbrou óbices formais a sua aprovação. **Justificativa:** Estabelecer os procedimentos, prazos e áreas responsáveis pelos encaminhamentos visando atender à Lei nº 6.404/76, de 15.12.1976, para o pagamento de dividendos aos acionistas da CEAGESP. **Proposta:** Aprovar a política de dividendos por recomendação do MPOG e da CODIN conforme estabelecida na Norma NP-FN-010 - Pagamento de Dividendos. **Nota:** a proposta foi deliberada na reunião da Diretoria Executiva nº 30/2017, de 06.09.2017. **Deliberação:** o Colegiado após avaliação da documentação apresentada, acima citada, aprovou a Norma NP - FN 010; **4.4 Remuneração de Dirigentes - Norma NP RH - 014 :** o Colegiado acusou o recebimento da Proposta de Reunião de Diretoria nº 015/17, da CODGO, que relatou: **Histórico:** Trata-se de normativo elaborado a pedido da CODIN que, na ocasião, apresentou anexos encaminhados pelo MPOG, especialmente o Ofício Circular 412/2016, e uma sugestão de texto, recomendando a normatização da Política de Remuneração dos Dirigentes da CEAGESP. O normativo, objeto desta proposta, vem estabelecer os critérios para a fixação da remuneração dos dirigentes da CEAGESP, inclusive os benefícios de qualquer natureza, as verbas de representação e encargos em Assembleia Geral. O montante global da remuneração dos dirigentes, assim como o rol de benefícios, fixados em Assembleia Geral, consideram a natureza estratégica e a complexidade do cargo estatutário, suas responsabilidades, o tempo dedicado as suas funções, sua competência, reputação profissional e o valor dos seus serviços e serão, também, aplicados a dirigentes oriundos de outra estatal ou setor público, assim como a empregado pertencente ao quadro próprio da CEAGESP. Em atendimento à CI CODIN 103/2016, de 30.09.2017, a proposta de norma que ora apresentamos foi motivo de aprovação da área solicitante e do DEARH, a qual foi submetida à análise do DEJUR, cujo parecer de nº 350/17, de 07.08.17, não vislumbrou óbices jurídicos para a sua aprovação. **Justificativa:** Estabelecer os critérios, responsabilidades, prazos encaminhamentos necessários para a fixação da remuneração dos dirigentes em Assembleia Geral e para o

pagamento e contabilização dos valores aprovados. **Proposta:** Aprovar a política de Remuneração dos Dirigentes por recomendação do MPOG e da CODIN conforme estabelecida na Norma NP-RH-014 - Remuneração de Dirigentes. **Nota:** a referida proposta foi deliberada na reunião da Diretoria Executiva nº 30/2017, de 06.09.2017. **Deliberação:** o Colegiado após avaliação da documentação apresentada, aprovou a Norma NP RH 014; **5. Informações e esclarecimentos administrativos: 5.1 Relatórios Financeiros - Orçamento x Realizado até agosto de 2017:** o Colegiado acusou o recebimento do documento retro mencionado, encaminhado via e-mail pelo DEFIC. O Senhor João Xavier comentou os dados relevantes do citado documento: **a) Receitas:** atingiu o total de R\$ 161,996 milhões - 52,3 % do orçado sendo que a entropostagem atingiu R\$ 137,882 milhões - 64,0 % e a armazenagem R\$ 23,007 milhões - 72,9 % ; **b) Despesas:** realizadas até agosto de 2017 de R\$ 166,214 milhões - 54,6 % do orçado sendo: **Investimentos** R\$ 1,217 milhão - 3,5 % ; **Despesas com Pessoal** - R\$ 51,986 milhões - 66,0 % ; **Dispêndios indiretos com pessoal** - R\$ 6,171 milhões - 58,6 % ; **Materiais e Produtos** - R\$ 4,636 milhões - 62,7 % ; **Serviços de Terceiros** - R\$ 51,460 milhões - 64,3 % ; **Utilidades e Serviços** - R\$ 23,333 milhões - 53,0 % ; **Tributos e encargos** - R\$ 24,031 milhões - 61,0 % ; **Demais Dispêndios Correntes (Processos Trabalhistas)** - R\$ 3,375 milhões - 37,3%. O Colegiado solicitou várias informações e fez indagações sobre os resultados apresentados, que foram respondidas pelo Senhor João Xavier, com destaque para os itens investimentos, dispêndios com pessoal, energia elétrica e água e esgotos. O Senhor João comentou sobre o déficit projetado para 2017, superior a R\$ 10 milhões e a venda de ações da COSESP que a CEAGESP possui, sob custódia do BNDES em torno de R\$ 6,197 milhões conforme Balanço de 2016, das empresas - COSESP - R\$ 6.197.058,00 e PRODESP - R\$ 62,95, poderia atenuar a situação por algum tempo; **5.2 Relatório de Sindicâncias, Tomadas de Contas Especiais e Processo Administrativo - planilha de Acompanhamento das Sindicâncias em andamento:** o auditor Senhor Leonardo Favatto entregou o documento mencionado e informou: **a) Processo nº 143/16 - objeto: apuração das irregularidades praticadas pelos agentes envolvidos no contrato nº 032/16 entre a CEAGESP e Telecom South América:** a Comissão solicitou nova prorrogação do prazo de 45 (quarenta e cinco) dias. O Conselheiro Giovanni consignou que a instauração deste processo foi em 21.10.2016, próximo de completar 01(um) ano de duração, prazo exageradamente extenso para conclusão de uma Sindicância. O Colegiado solicitou que fosse apresentada a justificativa pelo tempo de duração para a conclusão desta Sindicância; **b) Processo nº 052/17 - Portaria nº 25, de 29.05.2017 - apuração das irregularidades apontadas nos documentos anexos (ao processo) referente ao roubo de açúcar ocorrido na unidade de Pederneiras:** encontra-se no DEJUR para emissão de parecer jurídico. O Colegiado recomenda especial atenção desta Diretoria para que haja celeridade na condução deste assunto; **5.3 Empresa MC Mídia - Propaganda (item 4.3, ata nº14/2017):** conforme relatado na reunião anterior, há cinco processos em andamento: **uma ação anulatória** que não houve andamento; **uma de incidente de falsidade**, aguardando elaboração de laudo pericial; **um agravo de instrumento** que foi julgado prejudicado, favorecendo à CEAGESP, **uma ação de execução que encontra-se suspensa em razão da oposição de embargos à execução pela MC Mídia** que foi julgado improcedente, com trânsito em julgado; **uma ação de cobrança** aguardando distribuição, processo encontra-se em fase de distribuição; **5.4 Determinações elencadas nos Acórdãos nºs. 2050/2014 (TCU 012.613/2013-4), nº 1466/2017 (TCU 031.661/2015-7) nº 8330/2017 (TCU 331.110/2015-0 e nº 83558/2017**

(TCU 036.545/2016-3, se referem aos contratos de cessão de uso de áreas comerciais): o Senhor Leonardo encaminhou aos Conselheiros, Nota Técnica de Auditoria detalhando a situação de cada uma das determinações dos órgãos de fiscalização. Na conclusão, informa encontra-se pendente de cumprimento o Acórdão nº 1446/2017, cujo prazo para cumprimento é 22.11.2017. A Companhia ainda não foi formalmente notificada sobre os Acórdãos nº 8330/2017 e nº 8358/2017, e consequentemente o prazo ainda não se iniciou, porém já foram encaminhados para as áreas responsáveis; **5.5 Alteração do Estatuto Social (item 4.7, ata nº 15/2017):** O Conselheiro Giovanni registrou que o assunto constou de pautas de reuniões anteriores, permanece pendente e lembrou do prazo estabelecidos para atendimento conforme Ofício nº 1855/2017/2017/PGFN/CAS, datado de 01.08.2017. Lembrou o Conselheiro, que para atender os nossos Normativos internos, deve ser aberto o respectivo Processo Administrativo com a juntada de todos os papéis e documentos pertinentes ao assunto. Os demais conselheiros Marcus, Feijão e Roger comentaram a situação e preocupação para a solução do assunto. O Conselheiro Johnni solicitou a palavra e informou que o Grupo de Trabalho está concluindo a revisão dos trabalhos e irá remeter na data de hoje para o Colegiado cópia da proposta do Grupo de Trabalho e quanto ao prazo constante do citado ofício, que a CEAGESP solicitou prorrogação do mesmo. O assunto irá constar na pauta da próxima reunião; **6. Outros Assuntos:** **6.1 PDV- Programa de Demissão Voluntária:** o Colegiado acusou o recebimento de documentação a respeito (item 5.2, ata nº 15/2017) e aguarda a definição da proposta conclusiva para avaliação e deliberação; **6.2 Regulamento Interno de Licitações:** o Colegiado recebeu as informações e esclarecimentos sobre o assunto. Prazo para implementação de acordo com a Lei nº 13.303/2016 é 30 de junho de 2018. Idêntica medida para abertura de Processo Administrativo, citado no item 5.5; **6.3. Estacionamento:** o Colegiado acusou o recebimento do Edital de Licitação das áreas de estacionamentos do ETSP. O Conselheiro Giovanni solicitou a palavra para contestar diversos itens do citado edital e apresentou um documento destacando diversos questionamentos, como por exemplo a Não cobrança de Rateios que totaliza mais de R\$ 150.000,00 somente com os itens IPTU, Energia e Água (documento entregue pelo Departamento Financeiro a todos os Conselheiros), a falta de definição de preço para Mensalistas, falta de disponibilização de algumas áreas, divergência na quantidade de vagas com o sistema de controle da CEAGESP (COMPIERE), dentre outras situações importantes, que entende merecer revisão imediata, tendo em vista que o referido edital já foi publicado. O assunto teve a participação dos demais Conselheiros com sugestões, alterações, etc., considerando também o fato que a solução vem sendo adiada há vários meses e ainda a existência de contrato emergencial em vigor. O Conselheiro Johnni, solicitou a palavra para tecer considerações a respeito e assegurou que o documento entregue pelo Conselheiro Giovanni, será encaminhado nesta data para o Gerente do DEJUR Senhor Christopher para manifestação e retorno com a urgência que o caso requer; **6.4 Pagamento de dividendos de 2015:** reportando ao relatado na reunião anterior, o Senhor João Xavier comentou sobre proposta a ser encaminhada à Secretaria do Tesouro Nacional, para o pagamento dos dividendos referente ao exercício de 2015, no montante de R\$ 2,6 milhões (atualizado até setembro/2017), para pagamento em 24 (vinte e quatro) meses, no valor mensal em torno de R\$ 108 mil, mais taxa SELIC, a partir de janeiro de 2018, condicionado à alienação da unidade da Barra Funda. O Colegiado aprovou a proposta nas condições expostas; **6.5. Pedido de vistas de processo:** O Conselheiro Giovanni consignou que efetuou por escrito, nos dias 18 e 19.09.2017, solicitação ao DELCO - Departamento de

Licitações e Contratos, para vistas aos Processos Administrativos pertinentes ao Estacionamento (Contratação Emergencial e Contratação em andamento), como também ao Processo da Empresa Soluções, que teve aumento de Postos para atendimento aos Estacionamentos, contudo o responsável pela Área somente encaminhou o processo da empresa Soluções e não se manifestou até a presente data sobre os processos dos Estacionamentos. Observa ainda o Conselheiro, que esta solicitação foi copiada a todos os Membros deste Colegiado. Por fim, o Conselheiro Giovanni faz citação ao art. 142 da Lei nº 6.404 que atribui competência ao Conselho de Administração - Item III - fiscalizar a gestão dos diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos, lembrando que o Conselheiro tem competência individual de diligência, possibilitando desta forma, que os seus membros, fundamentem a sua atuação no órgão colegiado. O Diretor Presidente e Conselheiro Johnni tomou conhecimento do fato e lamentou o ocorrido. O Colegiado solicitou seja dado ciência a todos os funcionários da CEAGESP para o atendimento imediato às solicitações do CONSAD; **7. Documentação entregue:** cópias das atas das reuniões: Diretoria: nºs. 25/2017, 26/2017 e 27/2017 realizadas em 25.07, 02.08 e 08.08.2017 respectivamente; do Conselho de Administração: nºs. 14/2017, realizada em 27.07.2017; do Conselho Fiscal nº 07/2017, realizada em 24.07.2017; Orçamento x Realizado de 2017, Edital de licitação dos estacionamentos, Normativos Internos NP-FN 010 e NP-RH 014. Nada mais tendo sido tratado, a reunião foi encerrada, sendo lavrada a presente ata que, lida e achada conforme, foi aprovada e assinada pelos Conselheiros presentes e pelo secretário da reunião. São Paulo, 22 de setembro de 2017.



Johnni Hunter Nogueira
Conselheiro



Marcus Flávio Oliveira
Presidente interino do Conselho



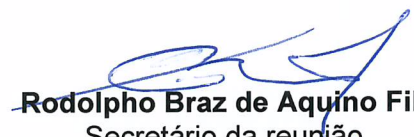
Sergio Feijão Filho
Conselheiro



Giovanni de Sousa Papini
Conselheiro



Roger da Silva Pêgas
Conselheiro



Rodolpho Braz de Aquino Filho
Secretário da reunião